

Introdução

Para uma sociologia do rural

Durante os primeiros meses de 1974, Afonso de Barros inicia o estudo empírico sobre uma comunidade aldeã localizada no concelho de Beja. Pouco tempo antes da revolução, que viria a mudar o sistema e as estruturas sociais vigentes no Alentejo, Albernoa ainda vivia sob a alçada do latifundismo. Embora enclausurada num sistema que não permitia muitas alternativas ao trabalho agrícola nas grandes herdades, o sociólogo perspectiva «(...) a comunidade rural não como uma unidade isolada, em alheamento de tudo o que a rodeava e a condicionava, mas como realidade inserida em espaços sociais de outra amplitude e natureza» (Barros, 1986: 568). Este enquadramento teórico e metodológico é verdadeiramente inovador para a época, representando, por isso, um marco na sociologia rural portuguesa.

O turbilhão de acontecimentos que sucederam a partir de Abril de 1974, permitirão ao autor estudar com profundidade os complexos enredos de mudança que culminaram na destituição dos alicerces constituintes da sociedade latifundista. Através de Albernoa é-nos contado com pormenor o modo como as gentes locais viveram um dos fenómenos mais radicais que ocorreram no mundo rural: a reforma agrária.

O extenso percurso da investigação termina na conclusão do seu livro com a explicitação de uma dúvida sobre se a comunidade será «(...) capaz de superar o estado de marginalização e de subdesenvolvimento em que o sistema [latifundiário] deixou o espaço local e regional (...)» (Barros, 1986: 573). Esta incerteza sobre o futuro de Albernoa representa o mote para o estudo que corporiza o presente livro. Quase 30 anos depois a sociologia regressa a esta aldeia, com o intuito de compreender e de caracterizar quais os reais traços com que se desenharam os diferentes futuros anunciados.

É com clara noção de responsabilidade que empreendemos esta revisita. Com ela pensamos estar a contribuir não só para o aprofundamento dos estudos e das temáticas relacionadas com o meio rural, como pretendemos, acima de tudo, dar continuidade a um questionamento científico que se iniciou há mais de três décadas atrás.

Para tal, encararemos Albernoa como um espaço aberto e relacional para o qual (e no interior do qual) se geram diferentes dinâmicas ligadas, entre outros aspectos, ao processo de urbanização que tem vindo a generalizar-se nos mais variados territórios rurais, provocando um conjunto de alterações estruturais que necessitam de ser estudadas em vários sectores e contextos.

As formas de organização e de apropriação do espaço sofrem processos irreversíveis de mudança. No que diz respeito às cidades, assiste-se à densificação e expansão da malha urbana através da constituição de áreas suburbanas. Em contrapartida, os espaços rurais conhecem um conjunto de mutações que desestruturam os modos de vida tradicionais das comunidades. A produção e o consumo deixam de estar exclusivamente centrados na actividade agrícola, verificando-se a diversificação dos sectores de actividade, levando os indivíduos e as famílias a incorporar novas modalidades de trabalho e de rendimento, que coadunam a actividade agrícola com outras ocupações desenvolvidas nos sectores secundário e terciário.

Estes e outros factores de mudança, que se expandem pelos mais variados territórios, implicaram uma efectiva reconfiguração da abordagem clássica por parte da sociologia. Em grande medida, esta identificava as diferenças estruturais a partir de dois eixos fundamentais que normalmente se encontravam associados: o *urbano vs o rural*, o *centro vs a periferia*. Para esta concepção as regiões fortemente urbanizadas representavam o centro da sociedade e as zonas mais rurais constituíam a periferia. Contudo, à medida que as estruturas e os sistemas sociais compreendem fenómenos cada vez mais complexos, esta configuração binária tende a desfazer-se. De facto, deixou de existir uma correspondência tão linear entre a organização social e a organização espacial.

Esta mutabilidade estrutural contribuiu para a complexificação da fronteira estabelecida entre o espaço urbano e o espaço rural. A dualidade conceptual deverá, assim, integrar uma multilinearidade operacional, de maneira a descortinar novos fenómenos e novos *modos de espacialização*¹.

¹ Entende-se por *modo de espacialização* a configuração resultante da interdependência entre a organização social e a organização espacial. Segundo Ledrut,

A ineficácia do raciocínio binário também se exprime na dualidade centro — periferia. Actualmente, os centros diversificam-se e especializam-se em determinadas funções. Certas regiões e cidades periféricas podem transformar-se em centros de excelência, especializados em funções económicas e culturais relativamente raras e, por isso, capacitados para competir com os centros tradicionais.

Por outro lado, verifica-se que a própria noção de periferia compreende um conjunto de ambiguidades. À medida que algumas zonas periféricas se urbanizam, outras tornam-se ainda mais remotas. Referimo-nos a certas áreas rurais do interior que sofrem um intenso processo de despovoamento e de envelhecimento populacional. Estas encontram-se cada vez mais marginalizadas em relação ao modelo geral de urbanização e de modernização. Constituem-se assim espaços marginais, excluídos da relação de interdependência que sempre estruturou a ligação entre o centro e a periferia.

Tradicionalmente, a sociologia tem vindo a conceber a urbanização das sociedades por intermédio da noção de *continuum* espacial². Entre o pólo urbano e o rural emerge uma área intermédia que é normalmente designada de periurbana e que se «(...) apresenta como um espaço de transição, muitas vezes num extenso espaço, que combina ao mesmo tempo aspectos rurais e urbanos» (Gama, 1987: 36).

Segundo esta perspectiva, o processo de urbanização expande-se de forma contínua por zonas rurais consideradas mais tradicionais. O que significa que as áreas contíguas e próximas dos centros urbanos terão primazia, em termos de modernização, relativamente às localidades rurais mais distantes.

«(...) a organização espacial mantém com a organização social uma relação que é, ao mesmo tempo, de determinação e de expressão» (1998: 61).

² Até à primeira metade do século XX, a noção de *continuum* identificava realidades sociais relativamente estanques e territorialmente delimitadas. R. Redfield (1989 [1960]) é o autor que melhor sistematiza essa representação espacial, por intermédio da definição de três tipos ideais de sociedade: as *pequenas comunidades* (ou primitivas), as *sociedades camponesas* e as *sociedades urbanas*. As primeiras são auto-suficientes e encontram-se imunes a qualquer tipo de ligação a territórios mais urbanizados; as segundas não são completamente autónomas e estabelecem algumas ligações com os meios urbanos (sobretudo, comerciais); as últimas representam as cidades mais desenvolvidas.

A partir dos anos 60, a noção de *continuum* passa a identificar a forma como os processos de modernização e de urbanização penetram nos territórios rurais e mais periféricos. A concepção de R. Pahl (1968) marca essa viragem de perspectiva, definindo uma representação mais dinâmica e menos determinista do *continuum* rural-urbano. Segundo este autor, as oposições e as respectivas gradações que se estabelecem entre os dois pólos desenvolvem-se a partir de distintas escalas espaciais (local, nacional) e de diferentes situações económicas e sociais.

Como podemos depreender, a noção de *continuum* é definida a partir da dualidade próximo — distante, na medida em que as áreas periurbanas tendem a integrar um maior dinamismo socioeconómico, ao mesmo tempo que conhecem um significativo aumento populacional, quando comparadas com as zonas rurais mais periféricas.

Esta concepção relativamente linear é muito utilizada para representar as transformações de ordem socioespacial. Contudo, entendemos que vai perdendo alguma eficácia interpretativa. Na verdade, para além da periurbanização, as sociedades conhecem distintos modos de urbanização e de industrialização difusa que se implantam e se localizam em regiões consideradas rurais (Kayser, 1990, 1996; Reis e Lima, 1998).

Estes nódulos de desenvolvimento constituem-se em torno de uma série de factores de atracção relacionados, nomeadamente, com o melhoramento das acessibilidades, o baixo custo dos terrenos, a mão-de-obra barata... A este respeito devemos também referir o caso de certas cidades de média dimensão, localizadas em regiões com uma forte componente rural, que têm conhecido algum dinamismo socioeconómico resultante da industrialização e, essencialmente, da terciarização (Laborie, 1996; Gaspar, 2000).

Um outro factor de desenvolvimento relaciona-se com a revitalização dos recursos naturais e patrimoniais associadas a estratégias de desenvolvimento turístico e ambiental que acabam por atrair população e introduzir factores de mudança nas estruturas sociais e económicas de determinadas regiões (Jollivet, 1997; Nave, 2003; Reis e Lima, 1998).

No entanto, face a estes focos de dinamismo assiste-se, simultaneamente, à marginalização de parte substancial das localidades rurais que sofrem processos complexos de esvaziamento populacional, envelhecimento e desmantelamento dos sistemas tradicionais, cujas estruturas não são substituídas por novas formas de organização social. Estas aldeias, que se perdem no tempo e no espaço, estão e são cada vez mais excluídas dos mecanismos de modernização.

As lógicas de urbanização complexificam-se conforme os diferentes contextos regionais e locais. Por este motivo, os fenómenos sociais que se articulam com a urbanização e com as mutações de ordem socioespacial só poderão ser estudados com alguma profundidade e eficácia se enquadrarem a dimensão regional e local.

De qualquer modo, consideramos que é possível identificar certas tendências que são relativamente regulares às diferentes modalidades de urbanização. Referimo-nos às mudanças que ocorrem inevitavelmente na estrutura social — na qual é reforçado o peso de certas camadas sociais ligadas ao sector terciário e/ou à indústria, dimi-

nuindo, em contrapartida, a proporção de activos dedicados à agricultura — e à alteração dos modos e estilos de vida das populações locais, que tendem a assemelhar-se às práticas citadinas.

Este último aspecto está inevitavelmente associado ao aumento da mobilidade espacial. Representando um dos indicadores mais demonstrativos da urbanização do meio rural, uma vez que tendem a aumentar as distâncias percorridas pelos indivíduos, assim como o próprio nível de velocidade³. À semelhança do que sucede nas grandes cidades, poderá generalizar-se em algumas aldeias e vilas a dissociação entre espaço de trabalho e espaço doméstico, na medida em que parte considerável da população tende a trabalhar em actividades não agrícolas que se situam a alguma distância da sua residência e fora da própria aldeia. Esta situação contribui efectivamente para a diversificação das formas de sociabilidade, nomeadamente com pessoas ou grupos exteriores ao espaço da comunidade.

Relativamente às modalidades tradicionais de interconhecimento e de controlo social, assiste-se a uma diluição da sua importância na estruturação da vida quotidiana. Contudo, as relações de vizinhança continuam a ser bastante intensas na maior parte das localidades rurais.

A diversificação dos laços sociais associa-se normalmente à importação de novos estilos de vida mais urbanizados, que passam pela incorporação de novos valores e rotinas, como, por exemplo, a universalização dos hábitos de consumo, o alargamento do tempo dedicado ao lazer e a frequência regular de espaços lúdicos e de divertimento, a importância atribuída à cultura e à instrução e socialização dos filhos, o acesso facilitado aos meios audiovisuais de comunicação e de informação de massa, etc.

No entanto, apesar da sua expansão, estes hábitos e valores de cariz urbano tendem a ser interpretados e assimilados à luz da cultura local e dos modos de vida tradicionais pré-existentes. Por exemplo, a generalização das relações de anonimato, descritas por Simmel (1997 [1903]), no início do século XX, para caracterizar a vida do espírito metropolitano, não se podem desenvolver da mesma forma em qualquer contexto aldeão, por mais que este padeça de fortes interferências urbanas.

Na verdade, embora possa abrir-se ao exterior por intermédio de uma rede viária moderna ou através dos novos meios de comunicação, o espaço da aldeia será sempre mais reduzido e restrito do que o espaço citadino, o que limita objectivamente as possibilidades de

³ Rémy e Voyé (1994) salientam o impacto do aumento da mobilidade espacial nos meios rurais em vias de urbanização.

anonimato. Por outro lado, as próprias culturas e identidades locais determinam e são, simultaneamente, determinadas por um conjunto de práticas e de rituais tradicionais que coexistem e, por vezes, colidem com uma série de comportamentos e de condutas consideradas mais urbanas (Newby, 1980; Remy, 1994; Almeida, 1999 [1986]; Jenkins, 1979; Santo, 1999).

Desta feita, as comunidades rurais em vias de urbanização podem contemplar níveis acentuados de diferenciação social que, em muitos casos, não são passíveis de tipificação. A urbanização não desmantela devastadoramente as estruturas anteriores. Todavia, estas tendem a interagir com as estruturas modernas no sentido de constituírem uma especificidade ao nível das práticas e dos comportamentos sociais que não são plenamente modernos nem puramente tradicionais.

O outro aspecto a considerar relaciona-se com o sistema de estratificação social. Nas sociedades rurais mais tradicionais, a estrutura de classes caracterizava-se por uma efectiva bipolarização entre ricos e pobres (Cutileiro, 1977; Sobral 1999). O recurso fundamental a partir do qual se distinguíam os grupos sociais derivava fundamentalmente da extensão e da riqueza gerada pela propriedade agrícola⁴. Assim, os mais ricos (grandes lavradores ou grandes camponeses) eram os maiores proprietários. Por sua vez, o conjunto dos mais pobres era formado pelos pequenos camponeses e pelas famílias não proprietárias cujos chefes (e, por vezes, as respectivas mulheres) trabalhavam como assalariados agrícolas (jornaleiros). Para além destes grupos sociais, podia existir uma série de indivíduos que exerciam uma actividade não agrícola, pertencentes normalmente à pequena burguesia tradicional.

Com a urbanização de algumas áreas rurais, a polarização social tende a esbater-se devido a dois processos relevantes de recomposição social que se relacionam com as mudanças socioeconómicas ocorridas em determinadas áreas rurais. Um dos fenómenos de mudança mais estudados é designado pela noção de *pluriactividade*, que caracteriza a diversidade de actividades exercida, em diferentes sectores, pelo conjunto de elementos pertencentes a uma mesma família de origem camponesa⁵.

⁴ Os critérios para diferenciar a grande da pequena propriedade variam conforme o contexto regional. Por exemplo, em Portugal existe uma diferença muito clara entre as regiões do Sul, sobretudo o Alentejo, onde predomina o latifúndio, e as regiões de minifúndio localizadas a Norte (Ribeiro, 1998 [1945]).

⁵ Nestas situações, apesar de alguns familiares poderem trabalhar na indústria ou no sector terciário, o agregado doméstico consegue desenvolver várias estratégias com o objectivo de manter o usufruto da actividade agrícola. Neste sentido, a pluriactividade pode representar uma situação de plurirrendimento. Cf. Almeida (1999 [1986]), Barros e Mendes (1983), Hespanha (1994), Lourenço (1991), Lima (1986, 1990).

Forma-se assim um novo estrato social (os camponeses parciais), composto por famílias que mantêm a pequena propriedade e a pequena agricultura, que resiste às lógicas da agricultura capitalista e de mercado, ao mesmo tempo que conseguem diversificar as actividades e as fontes de rendimento. Esta situação representa para alguns autores (Almeida, 1999 [1986]; Lourenço, 1991) um “lugar contraditório de classe”, pelo facto de não poderem ser considerados pequenos agricultores nem ser incluídos na situação de trabalhadores por conta de outrem⁶.

O outro fenómeno de recomposição social deve-se ao aumento do número de indivíduos e de famílias residentes em zonas rurais que não desenvolvem qualquer actividade no sector agrícola⁷.

Estas e outras formas de recomposição social alteram o modelo de estratificação social dualista vigente nas sociedades rurais tradicionais. De facto, a posse de recursos diversificados (para além da propriedade agrícola), como é o caso do nível de qualificação, começa a ganhar alguma importância em certas zonas rurais, de tal modo que podem representar um efectivo elemento de distinção e de prestígio social. Por outro lado, à semelhança do que acontece nas cidades, os estratos sociais intermédios tendem a densificar-se, o que explica em parte a universalização de certos modos e estilos de vida urbanos.

No entanto, independentemente destas alterações, na maior parte das comunidades, sobretudo nas de origem camponesa, continua a atribuir-se à terra um valor simbólico que transcende a mera riqueza material e a ostentação consumista. Na verdade, a propriedade agrícola ainda é o factor que garante um maior prestígio social, sendo, por isso, valorizada pela maior parte dos grupos sociais.

Como se pode depreender pelo que já foi referido, o meio rural tem sido alvo de uma série de alterações desencadeadas pela influên-

⁶ Como podemos verificar, a lógica utilizada por Erik O. Wright (1994, 1985, 1983) para distinguir as diferentes posições sociais que constituem as sociedades *pós-capitalistas* serve de referência para as análises sociológicas efectuadas sobre a realidade de determinados espaços rurais que sofrem um conjunto de mutações sociais e económicas.

⁷ De um modo geral, identificam-se três posições sociais que em certas zonas ganham um peso relevante: os *empresários do comércio ou da indústria*, que conjuntamente com os *empresários agrícolas* (que utilizam formas capitalistas de produção e de comercialização) integram a *burguesia*; os *empregados executivos* e os *quadros técnicos e superiores*, a exercer a sua actividade nos diversos sectores económicos (em empresas privadas ou em organizações estatais), que representam a *nova pequena burguesia*; e, por último, as zonas que conhecem alguma industrialização vêem crescer os efectivos ligados ao trabalho fabril (os *operários*).

cia da urbanização e da modernização que afectam, com maior ou menor grau, os diferentes territórios. Do ponto de vista sociológico, a mudança tende a ser interpretada a partir de distintas perspectivas que enfatizam determinados factores em detrimento de outros. Neste sentido, salientam-se três visões teórico-empíricas, que para além de enquadrarem diversos modos de perspectivar o mundo rural, apresentam estudos relativamente pormenorizados sobre certas realidades concretas.

A primeira perspectiva, que pode ser denominada de “eclipse do mundo rural”⁸, entende que o processo de urbanização não só é irreversível como tende a invadir a sociedade rural no sentido de desmantelar a maior parte das estruturas tradicionais. Estas são progressivamente substituídas pelos factores de modernização, nomeadamente por formas estruturais de recomposição social e respectiva assimilação, por parte das populações, de modos e estilos de vida essencialmente urbanos. Segundo esta visão, o meio rural ou tende a ser colonizado pela cidade — e, portanto, a periurbanizar-se — ou vai-se paulatinamente marginalizando e desaparecendo por intermédio da contínua drenagem demográfica e pelo envelhecimento.

Neste sentido, as áreas rurais limítrofes às cidades (ou às zonas de industrialização difusa) tendem a tornar-se cada vez mais dependentes destas em termos económicos, sociais e culturais. A intensificação da mobilidade espacial é o indicador mais representativo desse nível de dependência, na medida em que a oferta de trabalho, o consumo massificado e as práticas de sociabilidade e de lazer desenvolvem-se cada vez mais em espaços urbanos, levando as pessoas a deslocarem-se com maior frequência.

De tal modo que se generaliza nestes espaços um conjunto de movimentações de tipo pendular, características dos subúrbios das grandes cidades. A adesão à vida urbana e a conseqüente erosão das estruturas tradicionais — expressa, entre outros aspectos, na perda de importância da actividade e do trabalho agrícolas — põem assim em causa a sobrevivência da sociedade rural tradicional, que em grande medida se estruturava em torno da agricultura. Para esta perspectiva, a existência de um espaço rural não agrícola é uma impossibilidade, representando, sem dúvida, o fim do próprio rural.

A segunda perspectiva considera que o espaço rural está de facto a sofrer um conjunto de mutações que derivam da urbanização, mas

⁸ Esta perspectiva é apresentada de uma forma muito crítica por alguns autores da sociologia rural (Newby, 1983: 107-109; Kayser, 1990: 16-17), que a consideram fortemente redutora e analiticamente hegemónica.

que ocorrem tendo por base um processo de confronto e de negociação com as estruturas tradicionais⁹. No entender desta perspectiva, o mundo rural e, sobretudo, o mundo camponês tende a resistir (e também a adaptar-se) à generalização da sociedade urbana de cariz capitalista. Assim, se a visão anterior define um *continuum* no qual o pólo urbano tende a invadir as zonas rurais, esta perspectiva entende que se estabelece uma maior gradação entre os pólos que constituem esse mesmo *continuum*.

Esta gradação expressa-se na capacidade de resistência de certas práticas tradicionais, como é o caso das modalidades de agricultura familiar, que não só persistem como se reconfiguram em função das recomposições profissionais desenvolvidas no seio da família camponesa. O fenómeno da pluriactividade é o que melhor identifica essa capacidade de resistência e de adaptação da agricultura campesina.

Ao contrário da concepção anterior, a relação que se estabelece entre os factores modernos e tradicionais é mais complexa e menos unilateral. Contudo, considera-se que a sociedade camponesa perde grande parte da sua autonomia enquanto sistema fechado e relativamente homogéneo que estruturava fortemente a vida aldeã. A identidade colectiva definida em torno de um “nós” aglutinador cede lugar a uma pluralidade de vínculos e de referências identitárias que se geram e emanam dos mais diversos contextos sociais, internos ou externos aos espaços rurais. Assiste-se, assim, a uma negociação complexa, por vezes geradora de conflitos (nomeadamente de carácter geracional e sexual), entre práticas sociais e referências identitárias modernas e tradicionais.

Por fim, emerge com especial relevo a partir dos anos 90 uma visão que não apregoa o fim do espaço rural, nem o caracteriza como um repositório de resistências face à urbanização. Para esta perspectiva, certas zonas rurais tendem a emancipar-se em relação à noção de *continuum* urbano-rural, pelo facto de integrarem factores próprios de dinamismo socioeconómico e sociodemográfico. A obra de Bernard Kayser intitulada *La Renaissance Rurale* (1990) representa o marco principal desta nova concepção, que identifica, entre outros aspectos, um crescimento demográfico e um aumento dos efectivos a trabalhar em sectores não agrícolas em determinadas zonas rurais. Segundo esta visão, o rural pode gerar desenvolvimento, no sentido

⁹ Esta visão é desenvolvida por um conjunto alargado de autores que estudaram os processos de mudança ocorridos nas comunidades camponesas. Podemos destacar alguns estudos realizados em Portugal: Almeida (1999 [1986]); Lourenço (1991); Ribeiro (1997); Silva (1998); Sobral (1999); Wall (1998).

de atrair e de promover certos ramos de produção industrial e de prestação de serviços (sejam eles comerciais, turísticos, lúdicos, etc.). A gradual perda de importância social e económica da agricultura desencadeou por parte dos agentes locais (indígenas ou imigrantes) a necessidade e a capacidade (ou a inevitabilidade) de dinamizarem actividades alternativas de carácter não agrícola.

Os factores geradores de desenvolvimento são muito diversificados, variando em função das sinergias locais, do interesse de um conjunto de entidades externas (empresas, organizações não governamentais...) e do conteúdo e alcance das políticas públicas. De tal modo que o espaço rural tende a autonomizar-se face à noção de *continuum* urbano-rural.

De facto, segundo esta perspectiva, as comunidades rurais sofrem um conjunto de influências e de condicionantes externas (leia-se urbanas), mas detêm simultaneamente a capacidade de revitalizar e de desenvolver os recursos locais. Por exemplo, ganham particular relevo os movimentos e as iniciativas de preservação ambiental e patrimonial, conjugadas muitas vezes com investimentos no turismo e em projectos de animação local (Perrier-Cornet e Hervieu, 2000; Reis e Lima, 1998).

Desta forma, o rural (re)inventa-se porque se orienta para as especificidades locais: alguns elementos tradicionais que constituíam a sociedade rural passam a ser encarados como uma mais-valia que pode proporcionar a dinamização de factores de modernidade por intermédio da atracção e do investimento em capital (económico, social e cultural). Ou seja, ao contrário das concepções anteriores, considera-se que *tradição* e *modernização* podem não colidir — no sentido de provocar formas de erosão ou de resistência — mas gerar novas modalidades de desenvolvimento que se manifestam na vida rural¹⁰.

Como salientámos, cada uma destas visões tende a enfatizar um fenómeno em detrimento de outros. Por isso, todas são, em certo sentido, válidas pelo facto de se adequarem melhor à leitura de determinadas zonas rurais. Na verdade, não será difícil identificar factores de erosão da sociedade rural em espaços que se situem relativamente próximos de grandes ou médios centros urbanos. Como será relativamente fácil compreender que em zonas rurais remotas as estruturas tradicionais tendem a resistir com maior ou menor perseverança. Por seu turno, verificamos também que certas localidades rurais se

¹⁰ É nesta linha que alguns autores definem o espaço rural *pós-moderno* ou *pós-industrial* (Jollivet *et al.*, 1997).

afirmaram porque conseguiram reunir as condições fundamentais para se desenvolverem sem, contudo, terem deixado esvanecer parte das suas pertenças e referências identitárias (Ferrão e Lopes, 2003).

As imagens do rural que se *eclipsa*, que *resiste* ou que se *reinventa* são sobretudo representações que tendem a conciliar determinados parâmetros teóricos com a análise empírica de determinadas realidades circunscritas¹¹. Por este motivo, consideramos que o estudo do espaço rural deve integrar estas diferentes perspectivas no mesmo sistema de análise¹².

Ao longo da história da sociologia o rural foi caracterizado em oposição à cidade urbanizada e industrializada. O significado sociológico do espaço rural foi, em certa medida, construído como a antítese da concepção do meio urbano. Este dado emerge claramente a partir da leitura do texto de Louis Wirth (1997 [1938]) sobre o modo de vida urbano, segundo o qual se pode estabelecer, por oposição, uma leitura da sociedade rural como sendo pouco volumosa, de baixa densidade e socialmente homogênea. Na verdade, a sociedade “*folk*”, segundo a definição de Robert Redfield (1989 [1960]), organizava-se em torno de espaços fechados, relativamente imunes à modernização. Actualmente essa autonomia sistémica é uma impossibilidade, por mais remota e periférica que seja a localidade rural. De facto, como refere Edward Shills (1992 [1974]), os sistemas sociais são cada vez mais interdependentes, não sendo possível a manutenção de sociedades plenamente (ou quase) autónomas.

Por este motivo, não fará muito sentido falar de sociedade rural (como de sociedade urbana). O espaço rural é cada vez mais aberto e interdependente e a sua natureza deriva em grande medida da diferenciação social que advém dessa mesma abertura. É, portanto, um espaço relacional que ancora a sua especificidade na forma como se organiza a vida local.

Enquanto tal, este deverá ser interpretado a partir de uma perspectiva dinâmica e pluridimensional, definida tendo por base o binómio *penetração / apropriação*. Isto é, o espaço rural sofre, sem dúvida, um conjunto profundo de alterações que resultam da penetração dos factores de urbanização e de modernização. No entanto, estes não se generalizam uniformemente pelas diversas zonas rurais,

¹¹ Autores como Mathieu (1998) e Mormont (1996) elaboram uma boa sistematização sobre as várias representações sociais e leituras sociológicas que se construíram sobre o espaço rural ao longo do século XX.

¹² Alguns trabalhos recentes têm salientado a importância de elaborar uma visão integradora do espaço rural: Mormont (1990); Berger e Rouzier (1995); Kayser (2000); Nave (2003).

por dois motivos essenciais: primeiro, porque o processo de urbanização não é em si homogêneo, variando em função dos contextos sociais e económicos em que é produzido (a influência de uma cidade pequena — ou média — sobre o espaço rural limítrofe não terá a mesma natureza da que é exercida por uma grande cidade); segundo, porque as comunidades rurais empreendem diferentes formas de apropriação das componentes urbanas, em função de um conjunto de especificidades locais, sejam elas de carácter socioeconómico, cultural, ambiental...

Deste modo, deixou de ser possível construir uma visão uniforme (um tipo ideal) da vida rural, pelo facto de esta integrar lógicas complexas e contraditórias, cuja leitura deverá considerar os contextos locais e regionais. Assim, só tendo em conta a realidade específica das comunidades rurais será possível identificar diferentes modalidades de resistência ou de adaptação aos factores de modernização, bem como situações mais radicais de ruptura face aos elementos essenciais da vida tradicional.

É com base nesta perspectiva que se propõe um estudo em torno das diferentes formas de urbanização e de marginalização que o Alentejo tem sofrido nestas últimas décadas. Na verdade, apesar de se ter construído uma imagem da Região como um território essencialmente rural e agrícola, verificamos que o Alentejo sofreu desde os anos 60/70 uma série de mutações que, de certa forma, se enquadram nas tendências estruturais explicitadas anteriormente. Por este motivo, pensamos ser de toda a pertinência a realização de um trabalho científico que caracterize pormenorizadamente os principais fluxos de mudança que afectam diferentemente as várias localidades da Região.

Pode dizer-se que o intuito fundamental deste estudo é o de compreender o modo (e, também, o sentido) como processos relativamente contraditórios condicionam a estruturação e a composição da realidade social contemporânea do Alentejo. Pretender-se-á assim saber, num primeiro momento, em que medida a urbanização da Região enquadra um modelo mais complexo e dinâmico e, num segundo tempo, descortinar até que ponto a emergência deste modelo contribui para intensificar a tendência de dependência e de marginalização de determinadas localidades face aos espaços mais urbanizados.

Para melhor caracterizar os problemas estruturais que se vivem nos espaços rurais, considerámos importante desenvolver um estudo de caso em torno de uma localidade rural. Tendo em conta que algumas localidades do Alentejo já foram estudadas noutros momentos

como sendo representativas da Região, entendemos que seria pertinente empreender uma revisitação. Neste sentido, elegeu-se, como já foi referido, a freguesia de Albernoa, estudada por Afonso de Barros na década de 70 (Barros, 1986).

A possibilidade de visitar esta aldeia permitiu desenvolver uma análise comparativa e evolutiva entre três momentos históricos distintos: o sistema latifundiário (que durou até 25 de Abril de 1974), as alterações socioeconómicas desencadeadas pela reforma agrária (estas duas realidades foram caracterizadas por Afonso de Barros) e, finalmente, os processos actuais de urbanização e/ou marginalização do espaço rural. Assim, por intermédio do estudo de caso, poderá observar-se em que medida os diversos processos estruturais descritos influem e condicionam verdadeiramente a realidade socioeconómica das populações e os seus modos de vida.

Para tal torna-se imperioso estudar o conjunto da Região alentejana, estabelecendo uma análise diacrónica em torno de diversos indicadores que englobam um período histórico que cobre praticamente todo o século XX. Contudo, daremos especial relevo à evolução ocorrida nas últimas três décadas. Este será o objectivo do primeiro capítulo deste livro

O estudo da freguesia de Albernoa¹³ inicia-se no segundo capítulo. Neste caracterizar-se-á a estrutura sociodemográfica e socioeconómica da freguesia, através da utilização de uma série de dados estatísticos provenientes dos vários recenseamentos e, sobretudo, do inquérito realizado na aldeia em 2003. Para o efeito, desenvolver-se-á uma comparação entre os vários momentos históricos, tendo como referência o trabalho de Afonso de Barros (1986).

O terceiro capítulo abordará as temáticas relacionadas com a vida quotidiana. Neste âmbito, analisar-se-á a forma como se organizam as ligações entre a comunidade aldeã e o exterior, identificando a crescente dependência funcional relativamente à cidade de Beja. Estudar-se-ão também as relações de sociabilidade e as diferentes modalidades de apropriação dos espaços no interior da aldeia, dando ênfase às questões de género.

No último capítulo far-se-á um levantamento das diferentes visões construídas pelos actores sociais sobre os momentos fundamentais que marcam o passado da aldeia. Comparar-se-ão estas representa-

¹³ Este terá por base, principalmente, a informação recolhida a partir da aplicação de um inquérito por questionário a cerca de 145 agregados familiares (englobando mais de 50% dos núcleos familiares residentes em Albernoa) e a realização de entrevistas aprofundadas.

ções sociais com a situação presente e a definição de possíveis horizontes de futuro. Finalmente, abordar-se-á o nível de capital social da comunidade e a capacidade que esta demonstra para se mobilizar em torno de projectos concretos de desenvolvimento local.